

Dados de Identificação:

Nome: Amanda Fonseca Tojal

Instituição: Pinacoteca do Estado de São Paulo

Formação básica: Artes Plásticas/Educação Artística/ Museologia

Doutorado: Ciências da Informação / Comunicação/ Museus e Públicos Especiais

Tempo em que atua na área: 26 anos

1. Como você, na condição de profissional, despertou seu interesse para a interface arte inclusão?

Ao iniciar o meu trabalho como educadora do Museu de Arte Contemporânea da USP, no ano de 1988 e percebendo a carência de profissionais especializados nos atendimentos aos públicos especiais em museus, principalmente em museus de arte.

2. Como se iniciou o projeto de inclusão na Pinacoteca do Estado de São Paulo?

Após 12 anos de trabalho como educadora no MAC-USP e coordenadora do Projeto Museu e Público Especial daquela instituição, fui convidada pelo diretor e pela coordenadora da Ação Educativa da Pinacoteca a implantar nesta instituição um programa para públicos especiais, atendendo a uma diretriz do museu de desenvolver ações para todos os tipos de públicos, levando em consideração os seus interesses e necessidades.

3. Na mediação com pessoas cegas, quais as principais características que os materiais auxiliares devem possuir (Maquetes táteis, material escrito etc)?

Os materiais auxiliares devem servir como instrumentos de apoio à compreensão e fruição dos objetos artísticos ou culturais, para isso, devem estimular a compreensão e a fruição através do sentido, não só visual, mas também tátil, sonoro e espacial, entre outros, pois uma experiência só será significativa se estiver também relacionada às experiências provocadas pelos estímulos multissensoriais. No caso da mediação de obras de arte com públicos não videntes, esses estímulos multissensoriais (apoiados por materiais didáticos como maquetes e relevos de obras de arte, objetos referenciais e fragmentos sonoros, além de publicações adaptadas em dupla leitura tinta e Braille), são recursos indispensáveis, pois substituem e contribuem para a compreensão de obras de arte que geralmente privilegiam o sentido da visão para que sejam apreendidas.

4. Partindo de sua experiência, como o público especial relata a experiência de participar da monitoria inclusiva?

Os públicos especiais, compostos por pessoas com limitações sensoriais (visuais e auditivas), físicas e mentais, participam das visitas orientadas especializadas com os mesmos interesses do público geral. Eles querem se sentir bem acolhidos, aprender e também usufruir de momentos de lazer. Porém, as suas limitações não devem representar um empecilho para eles. Eles querem participar ativamente, e, se tomam conhecimento que uma instituição museológica está preparada para atendê-los, eles vêm com essa expectativa e cobram os seus direitos. Isso acontece muito com os públicos com deficiências visuais – são pessoas geralmente críticas e gostam de avaliar, dar sugestões e narrar toda a experiência que estão passando e, essa é uma importante contribuição que todo educador deve estar sensível e atento para perceber e receber, pois cada visita é um aprendizado fabuloso e nos faz vivenciar um outro mundo de conhecimentos enriquecidos pela experiência multissensorial, muitas vezes, tão desprezada no mundo dos videntes.

5. Como você vê a inclusão deste público dentro da escola, na área de arte?

A inclusão é um processo sem retrocesso. Para mim ele é “uma faca de dois gumes”, isto é, pode ser muito boa como muito ruim. Muito se fala e se diz, mas na realidade estamos começando a vivenciá-la e aprendendo com ela. Sempre optei e continuo optando por uma inclusão denominada “Inclusão responsável”. Essa inclusão respeita, antes de tudo, o ser humano e suas diversidades. Sendo assim, a inclusão dentro da escola, e em qualquer área de conhecimento, só será realmente “inclusiva” se levar em consideração cada aluno, suas necessidades e especificidades, e, se a escola que o acolheu está trazendo benefícios reais para ele, ou se só está “fazendo de conta” que o está incluindo. Escola não é parque de diversões ou apenas um centro de convivência ou socialização. Ela é, antes de tudo, um espaço de formação, de aquisição de conhecimento e também de socialização. Acredito que cada aluno especial deverá encontrar o seu lugar especial - alguns poderão viver diretamente na inclusão, outros se prepararem para ela e outros necessitarão de escolas especiais abertas à comunidade.

6. Como você define as diretrizes para a formação de professores de arte nesta abordagem inclusiva?

Seguindo as reflexões anteriores, a formação de professores de arte na abordagem inclusiva vive atualmente a própria realidade de um processo de inclusão, muitas vezes irresponsável, isto é, deve-se incluir por uma questão muito mais de atitude “politicamente correta” do que por oferecer uma formação significativa na área de conhecimento. Sendo assim, os professores não são formados para atender alunos em classes inclusivas e, as escolas, na maioria das vezes, não possuem infra-estrutura física, pedagógica e psicológica para oferecer aos profissionais e alunos, enfim, as experiências dependem muito mais da intuição e sorte do que da formação. Leciono há muitos anos com professores de artes na formação de arte-educadores na educação formal e informal inclusiva. Debatesmos muito esse assunto e trabalhamos com

metodologias que incluem a didática multissensorial e as inteligências múltiplas como apoio na mediação da arte.

7.O público que conhece o projeto tem o costume de retornar à Pinacoteca posteriormente?

Sim, com certeza. Recebemos muitos grupos novos, mas também grupos que tendo participado de uma visita orientada pelo PEPE (Programa Educativo Públicos Especiais) do qual sou coordenadora, retornam e pedem para retornar, pois sabem que temos muitas opções de atividades e um acervo de obras acessíveis que possibilitam várias visitas diversificadas com esses públicos.

8. Quais as referências no Brasil nesta área e ou em outros países que desenvolvem trabalhos semelhantes que você gostaria de destacar?

Hoje, após muitos anos de divulgação e trabalhos com ações multiplicadoras, podemos dizer que no Brasil muitas instituições culturais começam a implantar programas dirigidos aos públicos especiais. O importante é saber reconhecer quais destas instituições está preocupada realmente com um processo de inclusão responsável, isto é, desenvolvendo programas permanentes e contando com o apoio institucional dos seus responsáveis. Em São Paulo, ocorrem os dois casos, instituições culturais, geralmente promovendo exposições de grande porte que usam o termo “inclusão” como forma de promoção e captação de recursos, e aquelas instituições que desenvolvem uma infraestrutura física e profissional para atender seriamente os públicos especiais. Posso dizer, com orgulho, que a maioria dessas instituições tiveram profissionais formados pelos cursos oferecidos pela Pinacoteca e, que hoje, são exemplos de ações bem sucedidas como o Museu Paulista da USP, Museu da Casa Brasileira, Centro Cultural Banco do Brasil, Museu Casa de Portinari em Brodowski e Museu Índia Vanuúre em Tupã, entre outros.

9. Como se estabelecem as relações com os gestores nos espaços expositivos no tocante a definição das exposições temporárias, do acervo e dos recursos?

Creio que esta pergunta está relacionada com o apoio ou o trabalho interdisciplinar entre os gestores e as ações educativas, no caso as ações dirigidas à inclusão. O que é certo, é que se temos um apoio institucional, podemos desenvolver uma série de ações inclusivas que beneficiam tanto os espaços permanentes como os temporários, mas, sem esse apoio, os projetos se tornam frágeis e logo se diluem ou desaparecem. O importante para a permanência de uma ação educativa inclusiva em museu é que essa ação seja abraçada por todas as instâncias do museu e, não somente pelos educadores que estão mais diretamente ligados ao público, como diretores, pesquisadores, curadores, museólogos, restauradores, recepcionistas, atendentes de sala, enfim, uma conscientização profissional de todo corpo de funcionários e das diretrizes da instituição.

10. Para você o que é um espaço expositivo inclusivo?

Para mim um espaço expositivo inclusivo é exatamente o que descrevi na questão acima – pois para haver um espaço expositivo inclusivo, toda a instituição museológica tem que estar inserida em um processo inclusivo e acreditar que o direito de todos ao acesso à cultura passa pelo respeito das diferenças, necessidades e potencialidades de cada ser humano.